



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I**

**FACULDADE DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA**

CÁTIA JAQUELINE DE LIMA

A DIDATIZAÇÃO DE GÊNEROS ORAIS NO ENSINO DE LÍNGUA(GENS)

**CAMPINA GRANDE - PB
2024**

CÁTIA JAQUELINE DE LIMA

A DIDATIZAÇÃO DE GÊNEROS ORAIS NO ENSINO DE LÍNGUA(GENS)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Letras - Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Letras - Português.

Orientador: Prof. Dr. Linduarte Pereira Rodrigues

**CAMPINA GRANDE – PB
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L237d Lima, Catia Jaqueline de.
A didatização dos gêneros orais no ensino de língua(gens)
[manuscrito] / Catia Jaqueline de Lima. - 2024.
32 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras
Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Faculdade de
Linguística, Letras e Artes, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Linduarte Pereira Rodrigues ,
Coordenação do Curso de Letras - CEDUC. "

1. Ensino de linguagem. 2. Didatização. 3. Gêneros orais.

I. Título

21. ed. CDD 372.6

CÁTIA JAQUELINE DE LIMA

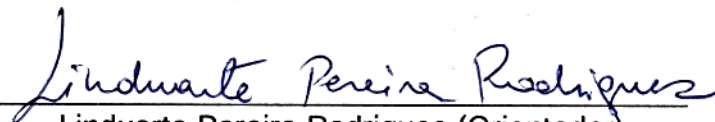
A DIDATIZAÇÃO DE GÊNEROS ORAIS NO ENSINO DE LÍNGUA(GENS)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Letras - Língua Portuguesa.

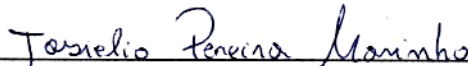
Área de concentração: Linguagens.

Aprovada em: 17/06/2024.

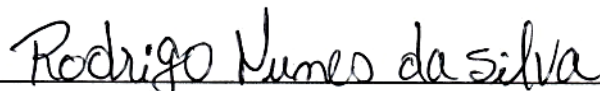
BANCA EXAMINADORA



Linduarte Pereira Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Josielio Pereira Marinho (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Rodrigo Nunes da Silva (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A palavra é mediadora entre indivíduos ou entre o indivíduo e o social, é a performance manifestada por uma competência individual criadora (Rodrigues, 2017, p. 63).

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS PALAVRAS	06
2 A MODALIDADE ORAL DA LÍNGUA PORTUGUESA	08
2.1 A oralidade nos documentos oficiais.....	09
2.2 A oralidade na escola: o que é e como fazer.....	13
3 METODOLOGIA DA PESQUISA SOBRE A DIDATIZAÇÃO DE GÊNEROS ORAIS	17
3.1 Campo de pesquisa.....	18
3.2 Professoras colaboradoras.....	18
3.3 Instrumentos de coleta e análise de dados.....	18
4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA ACERCA DAS ORALIDADES	18
4.1 Das respostas ofertadas pelas professoras ao estudo das oralidades.....	18
4.1.1 <i>Nossas impressões sobre as respostas das docentes</i>	20
4.2 Das proposições dos livros didáticos adotados pelas escolas.....	20
4.2.1 <i>Nossas impressões sobre os livros</i>	24
4.3 A oralidade na aula de Língua Portuguesa: constatações do âmbito escolar...25	
4.3.1 <i>Descrição da cena escolar: aulas da professora Fátima</i>	25
4.3.2 <i>Descrição da cena escolar: aulas da professora Lourdes</i>	26
4.3.3 <i>Discussão acerca das observações realizadas em sala de aula de Língua Portuguesa</i> ...26	
4.4 Discussões geradas a partir do estudo realizado.....	27
5 PALAVRAS FINAIS	29
REFERÊNCIAS	30

A DIDATIZAÇÃO DE GÊNEROS ORAIS NO ENSINO DE LÍNGUA(GENS)

Cátia Jaqueline de Lima

RESUMO

O presente trabalho investigou como os gêneros orais estão sendo trabalhados no ensino de Língua Portuguesa e são apresentados nos materiais didáticos adotados pelas escolas públicas do Ensino Fundamental, anos finais, a fim de refletir a relevância da didatização dos gêneros orais nas aulas de língua(gem), buscando levar os discentes à compreensão das suas características e funções sociais. Para tanto, o estudo definiu como objetivo geral demonstrar que a oralidade é parte integrante do funcionamento da língua(gem), enquanto elemento indispensável e constituinte de cidadãos capazes de expressar-se adequadamente em qualquer que seja a situação comunicativa. Especificamente: i) analisar o que as bases legais dizem sobre o ensino da oralidade e confrontá-la com o trabalho realizado na escola; e ii) identificar como a oralidade é abordada no livro didático, no dizer e no agir docentes de profissionais que atuam com o ensino de língua(gens) no 9º ano do ensino fundamental. O estudo se fundamentou em documentos oficiais (Brasil, 1998; 2018) e em pesquisadores como Marcuschi (2005; 2007; 2010), Antunes (2003), Dolz; Schneuwly (2004), Rodrigues (2009; 2017), Rodrigues e Dantas (2015), entre outros. Pautado em uma abordagem qualitativa, analisou um *corpus* constituído através da observação de aulas, da aplicação de questionário e dos respectivos livros didáticos utilizados pelos colaboradores da pesquisa nas aulas de Língua Portuguesa. O trabalho proporcionou a reflexão pelo estudo da modalidade oral da Língua Portuguesa, além de viabilizar a abertura de um espaço para discutir a didatização dessa modalidade da língua(gem), sua relevância socioeducacional, bem como sua ausência na escola, o que denuncia uma formação e um agir docente deficitários. Outrossim, os resultados demonstraram que os livros didáticos examinados apresentam um trabalho ainda superficial com a modalidade oral da língua(gem) e os professores de Língua Portuguesa apresentam indícios de uma formação inicial limitada, fato que dificulta a realização de um trabalho com os gêneros orais mais elaborados.

Palavras-chave: Ensino de língua(gens); didatização; gêneros orais.

ABSTRACT

The present work investigated how oral genres are being worked on in the teaching of the Portuguese Language and are presented in teaching materials adopted by public elementary schools in the final years, to reflect the relevance of teaching oral genres in language classes, seeking to help students understand their characteristics and social functions. To this end, the study defined the general objective of demonstrating that orality is an integral part of the functioning of the language, as an indispensable element and constituent of citizens capable of expressing themselves adequately in any communicative situation. Specifically: i) analyze what the legal bases say about the teaching of speaking and compare it with the work carried out at school; and ii) identify how orality is addressed in the textbook, in the words and actions of teachers

and professionals who work with language teaching in the 9th year of elementary school. The study was based on official documents (Brazil, 1998; 2018) and researchers such as Marcuschi (2005; 2007; 2010), Antunes (2003), Dolz; Schneuwly (2004), Rodrigues (2009; 2017), Rodrigues and Dantas (2015), among others. Based on a qualitative approach, it analyzed a corpus constituted through observation of classes, the application of a questionnaire and the respective textbooks used by research collaborators in Portuguese language classes. The work provided reflection on the study of the oral modality of the Portuguese language, in addition to enabling the opening of a space to discuss the teaching of this modality of the language, its socio-educational relevance, as well as its absence in school, which denounces a training and deficient teaching performance. Furthermore, the results demonstrated that the textbooks examined present a still superficial work with the oral modality of the language and Portuguese language teachers show signs of limited initial training, a fact that makes it difficult to carry out work with oral genres. more elaborate.

Keywords: Language teaching(gens); didacticization; oral genres.

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Para iniciarmos nosso percurso acerca do tratamento dado à oralidade na escola de Educação Básica, em aulas de língua(gem), precisamente em turmas de Ensino Fundamental, anos finais, precisamos diferenciar dois termos que em muitas situações são entendidos como sinônimos: oralidade e fala.

Em sala de aula, ou na sala de professores, é comum ouvir professores dizerem: “na oralidade ele se sai bem”. Mas seria esta interação, realizada pelo aluno, oralidade ou fala? Pensando neste questionamento, lançamos mãos dos conceitos apresentados por Marcurschi (2010, p. 25) que assim define:

A oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso.

Em contrapartida, o autor explica:

A fala seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto), sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano. Caracteriza-se pelo uso da língua na sua forma de sons sistematicamente articulados e significativos, bem como os aspectos prosódicos, envolvendo, ainda, uma série de recursos expressivos de outra ordem, tal como a gestualidade, os movimentos do corpo e a mímica (Marcurschi, 2010, p. 50).

Diante do exposto, compreendemos que embora estejam relacionados à modalidade oral da língua(gem), os dois termos são distintos, apesar de complementares. E ainda, que afirmações como a exposta anteriormente, tratam-se de verbalização do que o aluno compreende daquilo que fora exposto em sala de aula. Essa e outras questões contribuem com o errôneo tratamento da oralidade em sala de aula, uma vez que a consideram como oralização de sentimentos e ideias, desconsiderando-a enquanto participação oral de um indivíduo inserido em um

contexto comunicativo, determinado por regras de utilização dos mais variados gêneros textuais, no qual ele é levado a interagir.

Fica entendido, pois, que a oralidade é uma prática social e a fala é a forma de produção intercomunicativa. Esta acontece naturalmente, em qualquer momento da vida de um sujeito, sem a necessidade de planejamento, enquanto aquela é planejada para atender às intenções da situação comunicativa em que o indivíduo está inserido, seja ela mais ou menos formal.

Sabemos que os estudos linguísticos, em seus primórdios, não levaram em consideração o estudo da oralidade. Saussure (1971) considerava a língua (*langue*) uma realidade social, e sendo ela um sistema homogêneo, a fala (*parole*) escaparia às suas regras/normas. Podemos considerar que, ao excluir a fala, ele abriu um espaço de investigação para a Linguística que surge “a partir dos anos 60 do século XX, mais preocupada com os usos da Linguagem e suas variações” (Araújo; Silva, 2013, p. 28).

Outros estudos de natureza social e contextual passaram a definir a fala no ambiente comunicacional. Recentemente, passou-se a considerar “locutor e interlocutor, o contexto/situação, o canal e a mensagem da comunicação como fatores capazes de influenciar o uso da linguagem” (Araújo; Silva, 2013, p. 29). Agora, o foco está na evidente interdependência entre língua e fala que, para Saussure (1971), eram dicotômicas. Diante disso, compreende-se ser necessária a didatização dos gêneros orais no ensino de língua(gens), objeto de estudo do presente trabalho.

Estudiosos da língua(gem) há anos discutem sobre a relevância do ensino da oralidade no ambiente escolar enquanto fator relevante para a construção de conhecimento didático e reflexivo. Apesar dessas observações, verificamos que nas escolas a ênfase recai sobre os gêneros textuais escritos, muito embora saibamos que é através de gêneros orais que grande parte da prática languageira se efetiva no cotidiano de uso da língua(gem) nas cidades. Considerando que o indivíduo se constitui nas relações que desenvolve socialmente, e que a maioria de suas interações se dá oralmente, somos levados a refletir que o tratamento dado à oralidade nas salas de aula ainda está longe do que seria necessário para que se efetivasse em cada indivíduo a capacidade de adequação da língua(gem) em situações comunicativas diversas, bem como do emprego eficiente dos mais variados gêneros produzidos oralmente.

Dada a necessidade de didatizar esses gêneros, possibilitando que os alunos compreendam as suas características e funções sociais e possam participar ativamente das relações que mantêm socialmente, justificamos esta pesquisa como fomentadora do interesse pela didatização da oralidade nas salas de aula da educação básica do nosso país. Faz-se necessário atentar para a importância de o aluno ser capaz de planejar e executar os mais variados gêneros orais, atendendo às suas especificidades e compreendendo às suas funções sociais, de forma a contribuir significativamente com a formação linguística dos discentes, uma vez que no dia a dia os alunos estão envolvidos nas mais diversas situações em que o uso da oralidade torna-se essencial.

Partindo do princípio de que a didatização dos gêneros orais é importante, procuramos confrontar o que dizem os documentos que norteiam a educação básica com a realidade apresentada nas salas de aula do Ensino Fundamental, anos finais. Investigando o porquê do trabalho com os gêneros orais nas salas de aula de Língua Portuguesa, frequentemente, não ultrapassar a ideia de oralização do texto escrito, nosso estudo teve como objetivo geral demonstrar que a oralidade é parte integrante do funcionamento da língua(gem), enquanto elemento indispensável e constituinte de

cidadãos capazes de expressar-se adequadamente em qualquer que seja a situação comunicativa. E como objetivos específicos: i) analisar o que as bases legais dizem sobre o ensino da oralidade e confrontá-la com o trabalho realizado na escola; e ii) identificar como a oralidade é abordada no livro didático, no dizer e no agir docentes de profissionais que atuam com o ensino de língua(gens) no 9º ano do ensino fundamental.

Para o desenvolvimento metodológico deste estudo nos pautamos em uma abordagem qualitativa, visando a aproximação com o ambiente pesquisado. Inicialmente, observamos o argumento de Gil (2002, p. 100), para quem tal abordagem “constitui elemento fundamental para a pesquisa” e “apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação”. Tal técnica nos permitiu conhecer mais sobre o cotidiano do ambiente, trazendo elementos importantes para a compreensão de como tem sido efetivado o ensino da oralidade nas turmas pesquisadas. Também foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, pois, conforme Gil (2002, p. 44-45), estas pesquisas são desenvolvidas “com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, bem como “de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Desse modo, a análise documental se voltou para o exame de documentos oficiais que regem o sistema de ensino de língua(gens) no país, especificamente para o ensino de oralidade nos anos finais do Ensino Fundamental.

Para tanto, o estudo se fundamentou em documentos oficiais (Brasil, 1998; 2018), além de pesquisadores como Marcuschi (2005; 2007; 2010), Antunes (2003), Dolz e Schneuwly (2004), Araújo e Silva (2013), Rodrigues (2009; 2017), Rodrigues e Dantas (2015), entre outros, que tratam da temática em estudo. Desta forma, a pesquisa seguiu as seguintes etapas: levantamento bibliográfico acerca dos gêneros orais na educação básica; aplicação de questionário com o professor colaborador do estudo, com o propósito de compreender como tem sido o trabalho com os gêneros orais na aula de Língua Portuguesa; observação e registro em diário de pesquisa de aulas; apreciação do livro didático e análise dos dados baseados no aporte teórico examinado.

O texto resultante desse estudo está assim estruturado: um primeiro tópico que apresenta o aporte teórico acerca do que é a oralidade e de como pode ser desenvolvido o trabalho de didatização dos gêneros orais em sala de aula; um segundo tópico que apresenta o percurso metodológico adotado pela pesquisadora e, por último, o terceiro tópico que vem a ser uma análise do trabalho realizado pelas professoras colaboradoras, partindo da observação das aulas, da leitura das respostas dadas ao questionário aplicado e de como os livros didáticos (LD) adotados nas escolas apresentam o estudo de oralidade, buscando compreender, assim, como se desenvolve o trabalho com os gêneros orais nas escolas campo de pesquisa.

2 A MODALIDADE ORAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

Sabe-se que, no dia a dia, a fala é mais utilizada do que a escrita. Entretanto, verifica-se que as instituições escolares não dão atenção à oralidade como à escrita, fato que foi destacado por Marcuschi (2007, p. 14-15) ao expressar que “tendo em vista o trabalho com a língua em sala de aula”, não podemos deixar de sinalizar “que é como língua escrita que ela é ali mais estudada, mas é como língua oral que se dá seu uso mais comum no dia a dia”.

Frente a tal constatação, seria salutar que hoje a preocupação com a oralidade fosse cada vez mais aceita pelos responsáveis pelo ensino da Língua Portuguesa na escola; mas como pretendemos desmontar com este estudo, nem tudo funciona do modo que deveria ser, porque a oralidade continua sendo considerada um “instrumento para a comunicação”, conforme afirmou uma das professoras colaboradoras.

Percebe-se, que boa parte dos manuais didáticos centralizam seus objetivos em atividades de escrita em detrimento do trabalho com os gêneros orais. Os livros didáticos continuam se voltando para a didatização da escrita. O fato é que alguns autores e professores ainda não têm o hábito de consultar regularmente os referenciais curriculares e suas diretrizes no que tange ao desenvolvimento de propostas efetivas que viabilizem a aprendizagem dos gêneros orais. A questão não seria ensinar a falar, mas identificar os usos da língua(gem) nas diferentes situações em que os indivíduos estão inseridos, evidenciando os aspectos que diferenciam e legitimam as funções dessa forma de linguagem em dado contexto.

De acordo com Marcuschi (2005), o aspecto central a ser estudado na fala é a variação da língua, seja na língua materna ou em outras línguas, suas formas de realização formal ou informal, bem como as formas de se dirigir aos diversos interlocutores. Nas palavras do autor:

Dedicar-se ao estudo da fala é também uma oportunidade singular para esclarecer aspectos relativos ao preconceito e à discriminação linguística, bem como suas formas de disseminação. Além disso, é uma atividade relevante para analisar em que sentido a língua é um mecanismo de controle social e reprodução de esquemas de dominação e poder implícitos em usos linguísticos na vida diária, tendo em vista suas íntimas, complexas e comprovadas relações com as estruturas sociais (Marcuschi, 2005, p. 31).

Pode-se destacar que é preciso ensinar, nas escolas, que a oralidade possui maiores e menores graus de formalidade, a serem usados de acordo com situações comunicativas diversas, garantindo a compreensão dos usos da língua(gem), visando disseminar qualquer forma de discriminação linguística.

2.1 A oralidade nos documentos oficiais

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (Brasil, 1998), é importante que o aluno aprenda novas formas linguísticas, escrita e/ou oral mais formalizadas, compreendendo que todas as variedades linguísticas são legítimas e compõem a história e a cultura humana. O documento alerta para a necessidade de se oportunizar aos alunos a construção progressiva de modelos apropriados ao uso do oral em situações de fala previstas, tendo em vista que estes possuem menos acesso aos gêneros orais nos usos espontâneos da linguagem, sendo na escola o lugar apropriado para o desenvolvimento de atividades de escuta e produção oral de forma orientada, a fim de construir no alunado as habilidades linguísticas necessárias para a participação nas situações públicas de fala. Assim sendo, faz-se necessário, portanto, oportunizar nas escolas a:

Escuta orientada de textos em situações autênticas de interlocução, simultaneamente ao processo de produção, com apoio de roteiros orientadores para registro de informações enunciadas de modo a garantir melhor apreensão de aspectos determinados, relativos ao plano temático, aos usos da linguagem característicos do gênero e a suas regras de

funcionamento. A presença nessas situações permite, conforme o gênero, interessantes articulações com a produção de textos orais, pois o aluno pode intervir com perguntas e colocações (Brasil, 1998, p. 68).

Pretende-se com esse exercício, garantir aos alunos a oportunidade de ampliar o seu repertório vocabular, levando-os ao pleno desenvolvimento linguístico. Essa ação educativa permite que os indivíduos aprendentes possuam, cada vez mais, a capacidade de exercer a sua cidadania, dominando a língua(gem) de forma eficiente. A este respeito, os PCN (1998, p.19) dizem que “o domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social”. Sendo assim, cabe à escola desenvolver atividades que evidenciem à participação social dos sujeitos, garantindo-lhes o acesso aos saberes linguísticos necessários para que isso ocorra de forma satisfatória.

A escola deve considerar o conhecimento prévio dos alunos e promover a sua ampliação de modo que ao concluir o ensino fundamental, cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, “de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações” (Brasil, 1998, p.19).

Ainda segundo os PCN (Brasil, 1998) da Língua Portuguesa é preciso utilizar as diferentes linguagens como meio para produção, expressão e efetivação da comunicação das ideias, a fim de atender às exigências das situações comunicativas. O aspecto discursivo de cada indivíduo deverá ser desenvolvido para que diante das circunstâncias de comunicação/interação em que ele se encontre possa haver a adequação de sua fala, a produção de sentidos desejada e a utilização da língua(gem) de forma coerente e significativa.

Ao professor de Língua Portuguesa caberá o papel de ensinar os alunos a utilizarem-se da linguagem oral como possibilitadora de inserção social, pois, conforme o PCN:

Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania (Brasil, 1998, p.67).

Trata-se, portanto, de compreendermos a importância da oralidade no contexto social como um todo, e de como esta ferramenta é indispensável para o bom uso da língua(gem), em variadas situações comunicativas, considerando o que faz parte dos usos reais e das interações verbais construídas diariamente. Contudo, é preciso ter em mente que não se trata apenas de oralizar aquilo que se deseja falar em determinada situação, tem-se que compreender que assim como a escrita, a produção oral possui suas etapas e deve ser bem planejada tendo em evidência o gênero oral que está sendo utilizado, qual o público-alvo e o que se pretende alcançar.

Afinal, conforme está dito nos PCN (1998, p. 21):

Todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam. Os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura.

Desta forma, a escola precisa cumprir o seu papel social de capacitar as pessoas para o exercício cada vez mais consciente de sua cidadania, tendo em vista que o ensino da linguagem não pode deixar de fora seu propósito maior, que é o de tornar as pessoas mais reflexivas, participativas e atuantes, no contexto sociocultural e histórico em que estão inseridas. Neste sentido, é papel do professor contribuir para a ampliação da competência linguística dos seus alunos, levando-os a utilizar a modalidade oral de forma eficaz.

O uso da linguagem se dá a partir de uma atividade discursiva. Dizer algo a alguém em uma determinada situação comunicativa, levando em conta o contexto de produção, significa que as nossas escolhas linguísticas nunca são aleatórias. O discurso é constituído a partir das finalidades comunicativas, que variam de acordo com as intenções do locutor, do possível grau de afinidade que se tem com o interlocutor. Sendo assim, a escolha que se faz do gênero que será utilizado para tal atividade discursiva, determinará as condições de produção e a seleção dos recursos linguísticos necessários para que a comunicação se efetive (Brasil, 1998).

Haja vista que a produção oral requer um planejamento prévio e um monitoramento simultâneo à fala, é preciso ensinar aos alunos as estratégias de produção, para que eles possam participar efetivamente das diversas práticas discursivas/sociais, adequando-se às suas especificidades. Conseguir dominar essas etapas de produção e efetivar a comunicação em diversos ambientes sociais só será possível para o alunado se os professores estiverem dispostos a desenvolver um trabalho de didatização dos gêneros orais, especificando as suas características próprias e a função social que exercem. Os PCN (Brasil, 1998, p. 58) são enfáticos ao se referir à importância do “planejamento prévio da fala em função da intencionalidade do locutor, das características do receptor, das exigências da situação e dos objetivos estabelecidos”. Para o documento, é necessário compreender que:

Possibilitar ao aluno a preparação prévia da enunciação de textos orais significa ensinar procedimentos que possam ancorar a fala do locutor, orientando-a em função da situação de comunicação e das especificidades do gênero (Brasil, 1998, p.74).

Nas práticas sociais cotidianas, interagimos através das mais distintas práticas linguísticas/linguageiras, sendo a fala um fator essencial para materialização dessas práticas. Contudo, percebemos que tanto nas aulas de língua(gem) quanto nos livros didáticos, a modalidade oral da língua portuguesa, praticada no Brasil, ainda é desprestigiada.

A oralidade é uma prática linguística social relevante, que deve estar presente no ensino de língua(gem). Assim como a escrita, a análise linguística e a leitura, a oralidade deve ser objeto de ensino do docente que atua com a Língua Portuguesa no ensino de linguagens, considerando o que dizem os PCN quando propõem à escola possibilitar aos alunos:

Utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na escrita e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e considerar as diferentes condições de produção do discurso (Brasil, 1998, p.32).

Compreendemos que, embora nascendo com a capacidade inata de desenvolver a fala, os alunos precisam refletir sobre os possíveis caminhos que a oralidade percorre, levando em conta o gênero textual escolhido, a situação comunicativa em que estejam inseridos; fatores que determinarão o grau de

formalidade e adequação da fala, dadas as necessidades específicas de cada prática linguística. A escola pode e deve ensinar os possíveis usos da modalidade oral da língua, colocando em cena situações formais a serem desenvolvidas em público, num seminário, numa entrevista de emprego, numa palestra, diferenciando os usos linguísticos de situações formais daquelas próprias do cotidiano, e que são menos formais. Pensando por essa ótica, a escola deverá favorecer situações reais de uso da modalidade oral, propondo situações didáticas que façam sentido, para que possa oportunizar aos seus alunos experiências com essas atividades, em que o uso do oral é indispensável, levando-os a compreender o funcionamento da língua e a necessidade do planejamento da fala em determinadas situações públicas/sociais de uso cotidiano da expressão oral.

Assim como os PCN, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) ressalta a importância de se entender a linguagem como forma de interlocução realizada socialmente com finalidades específicas. Desta forma o aluno deverá ser capaz de planejar e executar os mais variados gêneros orais, atendendo às especificidades próprias de cada um deles. Segundo a BNCC (Brasil, 2018, p. 67-68):

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.

Um exemplo dessas práticas sociais, que podem ser experimentadas, seria a aptidão para planejar e realizar um debate sobre determinado tema, tendo em vista o perfil dos ouvintes, os objetivos propostos, a motivação para que o debate aconteça e as estratégias persuasivas mais eficazes. Afinal, esse tipo de atividade levará o aluno a compreender a necessidade do planejamento prévio do que será defendido, tendo em vista as etapas de produção do texto oral e as possibilidades de correção simultânea à fala; além de levá-lo a entender a força dos argumentos para se chegar aos objetivos traçados.

Diante do exposto, a BNCC (Brasil, 2018, p. 78-79) define que:

O eixo oralidade compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face, como aula dialogada, [...], seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), peça teatral, apresentação de cantigas e canções [...]. Envolve também a oralização de textos em situações socialmente significativas e interações e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes campos de atuação.

O indivíduo se constitui nas relações que desenvolve socialmente, e a maioria de suas interações se dá oralmente, desta forma, somos levados a refletir que o tratamento dado à oralidade no ensino de língua(gem), ainda está longe do que seria necessário para que se efetivasse em cada indivíduo a capacidade de adequação da linguagem em situações comunicativas/interativas diversas, bem como do uso adequado dos mais variados gêneros produzidos oralmente.

É necessário, pois, trabalhar esses gêneros orais fazendo com que os alunos compreendam as suas características e funções e possam participar ativamente nas relações que mantêm socialmente. Sobre isto, os PCN (Brasil, 1998, p.25) afirmam:

[...] cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc. Trata-se de propor situações

didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado para todas as situações. A aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e de escuta, em contextos públicos, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la.

Para esse propósito, o professor atuará como facilitador do conhecimento, aquele que articula propostas de atividades que possibilitem aos alunos o desenvolvimento das capacidades discursivas e da expressão oral em situação de uso público da linguagem. E, desse modo, o ensino deve ser pautado no acesso a usos de linguagem mais formalizados que exigem do indivíduo controle daquilo que é enunciado, oportunizando, assim, o domínio da palavra pública. Com isso, os alunos serão direcionados a responderem propósitos comunicativos e expressivos por meio da fala.

2.2 A oralidade na escola: o que é e como fazer

A linguagem é parte constitutiva dos sujeitos, uma vez que as ações que estes desenvolvem em seu dia a dia são efetivadas a partir dela, em suas modalidades oral e/ou escrita. Partindo desse pressuposto, entendemos que a escola necessita preparar os sujeitos para o desenvolvimento de suas potencialidades de uso da linguagem oral, em situações reais, nos distintos contextos sociais em que se encontrem, visando à formação destes cidadãos para o exercício da sua cidadania.

De acordo com Antunes (2003, p. 39), “toda atividade pedagógica do ensino de português tem subjacente, de forma explícita ou apenas intuitiva, uma determinada concepção de língua”. Tendo em vista essa informação, compreendemos que, na proposição de um trabalho efetivo, que oriente os alunos acerca dos usos formais da modalidade oral, é preciso levar em consideração a concepção interacionista e discursiva da linguagem, da qual deriva o princípio geral de que a língua se atualiza a serviço da comunicação/interação, em situações de atuação social, e por meio das práticas discursivas que são materializadas em textos orais e escritos.

Nos ambientes frequentados por nossos discentes, e a todo momento, eles são/serão levados a tomar decisões de como e o que dizer, e em muitos casos ainda há dificuldades deles se expressarem em público. Neste sentido, evidencia-se que tanto a fala quanto a escrita variam, podendo ser mais ou menos planejada e/ou formal, a depender dos contextos de uso. Desse modo é papel da escola/professor desenvolver tal entendimento, levando os alunos a pensarem esses usos, compreender que a modalidade oral vai além do que comumente se considera, como a variação de menor prestígio social, aquela que é considerada informal e repleta de desvios da norma. Ao invés disso, os alunos precisam compreender que, para os usos efetivos da linguagem, eles são/serão “cobrados” para uma adequação situacional, a depender de onde, para quem e com que objetivo de fala utilizam os recursos linguísticos.

A oralidade é uma modalidade a ser ensinada/trabalhada nas aulas de Português, espaço onde se deve promover a reflexão crítica acerca do aprimoramento de habilidades e competências e que amplie as condições de interação e o planejamento de atividades com os gêneros orais, como mediação para a plena participação do aluno na sociedade. Os desafios acerca da oralidade como objeto de ensino perpassam pela necessidade de ressignificar o processo de formação inicial e continuada do professor, de modo que ele possa empenhar-se no desenvolvimento

de um trabalho comprometido em atender as demandas sociais a que os alunos estão submetidos cotidianamente.

No fluxo dessas discussões, entendemos que os textos orais são constituídos de variados gêneros textuais que dependem do contexto de uso para adequar a necessidade de maior ou menor formalidade na sua construção. Antunes (2003, p. 102-103) explica que:

[...] saber adequar-se às condições da interação significa ser capaz, por exemplo, de participar cooperativamente, respeitando a vez de falar e de ouvir; de fazer exposições orais sobre temas de interesse do grupo; de argumentar a favor de uma ideia; de dar instruções; de narrar experiências vividas; de descrever com clareza ambientes, pessoas, objetos, fatos; enfim, de ajustar-se à imensa variedade de situações da interação verbal e de saber usar as distintas estratégias argumentativas típicas do discursos orais.

De acordo com o que fora acima exposto, conclui-se que é necessário ter em mente que o discurso formal utilizado nas interações orais, em situações públicas, deve ser exercitado em sala de aula e, para isso, a escola/professor deve estar ciente da relevância de uma prática pedagógica que prime pelo uso da modalidade oral nos seus possíveis graus de formalidade, uma vez que os alunos devem ser capazes de saber diferenciar as situações em que a linguagem deva ser mais polida das que não há tanta necessidade para tal postura.

Portanto, se as atividades com gêneros orais na escola permanecerem reduzidas às situações de fala entre amigos e/ou professor/aluno, e por meio da leitura de textos em voz alta, a capacidade de expressão oral em contextos públicos não será desenvolvida e a instituição escolar negligenciará o desenvolvimento deste conhecimento. Nesta perspectiva, Rodrigues e Dantas (2015, p. 139) apontam para um agir docente que contemple a oralidade a partir de “gêneros formais: seminários, debates, discursos, conferências, entre outras situações que exigem do interlocutor o domínio da estrutura do gênero, obtido a partir do letramento escolar e pela mediação do professor”. Os autores evidenciam a relevância do trabalho com gêneros orais em sala de aula, a fim de proporcionar aos alunos a apropriação da linguagem oral nos eventos interacionais mais formais, tendo em vista que, em contextos de interação informal, este domínio já acontece antes mesmo da criança/adolescente adentrar à escola.

Cada gênero em si exige do indivíduo determinada postura, seja adequação vocabular, estratégias de monitoramento da linguagem, utilização do tempo, troca de turno, entre outras. Sendo assim, cabe à escola preparar os alunos a utilizar os gêneros orais recorrentes socialmente, compreendendo a sua estrutura e os comportamentos que estas práticas comunicativas/interativas exigem. O aluno deverá ser capaz de: i) perceber as exigências de adequação da fala em espaços de interação pública que exigem o domínio dos gêneros orais e; ii) compreender que tal aprendizagem é significativa a partir do momento que permite a sua participação efetiva em situações reais de uso da linguagem.

As modalidades oral e escrita da língua são fundamentais para o uso da linguagem em sociedade. A princípio, precisamos diferenciar língua de linguagem: esta é uma faculdade humana responsável pela comunicação/interação, de caráter individual e coletivo, enquanto aquela é um sistema social arbitrário, com “regras/normas” que são seguidas (ou desviadas) pelos usuários do “acordo” comunicativo. Outrossim, não podemos pensar escrita e oralidade como uma dicotomia, tendo em vista que se trata de duas modalidades sistêmicas de ocorrência

fenomenológica numa mesma língua. Ao oral não cabe o lugar do erro, do caos; é preciso repensar essa concepção e compreender que oralidade possui formalidade, pode e deve ser aprendida pelos alunos. Afinal, a escrita informal também existe, nas várias esferas da sociedade e nas culturas, como ocorre em redações escolares, bilhetes e nas redes sociais. A importante questão aqui é a compreensão da necessidade de adequação da linguagem em seus momentos/espços de uso, que são variados e complexos.

Infelizmente, a escola não tem preparado os alunos para a expressão oral, pautados na ilusão de que com o tempo aprenderão. Mas como irão aprender se não lhes for ensinado? Se não forem ensinadas, as competências da oralidade, o seu grau mais formal e sistemático, provavelmente jamais farão parte das habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos quando forem solicitados. O ensino do oral deve ser permanente, levando em consideração o que o aluno já sabe e aperfeiçoando o que necessita de ajustes. Afinal de contas, nascemos predispostos para aprender a falar e desenvolvemos essa habilidade a partir do que ouvimos. Ainda criança percebemos que é por meio da nossa língua(gem) que comunicamos o que queremos. A língua é um sistema que funciona por meio da interação com os outros, através dela mantemos nossas relações sociais, porque a língua(gem) é uma prática social (Rodrigues, 2017).

Desde a mais tenra infância aprendemos a falar, somos fluentes em nossa língua materna e, por meio dela, criamos sentidos e fazemos escolhas pragmáticas através de construções sintáticas, pautadas naquilo que ouvimos desde o nosso nascimento. Ainda pequenos aprendemos as competências da oralidade: ouvir e falar. A oralidade faz parte de nós, nos compõem, está estreitamente ligada à nossa identidade e define quem somos, nos definindo como seres únicos, singulares.

Assim sendo, a escola deve, portanto, estar preocupada em desenvolver um trabalho pautado no uso de textos orais, dos mais variados gêneros, fazendo os alunos refletirem a importância do domínio dessa modalidade da língua desde os anos iniciais. Desse modo, ficará bem mais fácil para os discentes sentirem-se competentes para falar e ouvir, e refletir sobre os usos efetivos da linguagem na modalidade oral em qualquer situação comunicativa/interativa. Contudo, o trabalho com o oral não passa de oralização de textos escritos, de leitura em voz alta e de respostas ditas oralmente (Rodrigues; Dantas, 2015).

A linguagem deve ser compreendida como construção humana, histórica, social e cultural, devendo ser desenvolvida em ambas as modalidades da língua(gem), para que os alunos possam ampliar suas possibilidades de participação na vida social. O trabalho com a oralidade exige método, continuidade e progressividade, pois sem esses aspectos perde-se a sistematicidade do trabalho e não se alcança o desenvolvimento das competências comunicativas desejadas.

Compreendemos que as atividades orais precisam estar revestidas de alguma utilidade reconhecível pelos alunos, estar relacionadas ao seu cotidiano, ter significado real, para que os discentes percebam a importância do domínio das práticas sociais de linguagem. Os alunos devem refletir sobre os usos da linguagem oral, compreendendo que ela também se organiza a partir de textos, de gêneros textuais diversos e, por esse motivo, precisa ser estudada/aprendida na escola.

Falar exige responsabilidade. É necessário saber como fazê-lo. É isso que a escola precisa ter como prioridade nas aulas de linguagem. Ensinar que para se falar adequadamente é necessário saber o que será dito, organizar e articular a fala, atentando para a entonação, lidar com a presença do público e estar atento ao processo enunciativo para que, quando necessário for, o sujeito reelabore sua fala,

revedo os deslizes cometidos de forma sutil, entendendo que, no processo de produção de gêneros orais, as correções acontecem concomitantemente à fala.

Dessa forma, o professor de Língua Portuguesa precisa ter a consciência de que o trabalho eficaz com a oralidade se dá à medida em que os envolvidos adaptam a sua fala ao atendimento das exigências sociais, através de escolhas e mudanças que respeitam a variedade linguística, despreocupada ou monitorada, a depender do contexto que a situação comunicativa os impõe. Assim, acreditamos que o quanto antes os alunos forem submetidos a situações de uso da modalidade oral da língua(gem), em seus contextos reais de uso e na escola, mais cedo terão aptidão para falar em público, controlando a ansiedade e o medo. Conseqüentemente, a escola deve oportunizar situações de uso da modalidade oral por longos períodos, isto é, ao longo dos anos letivos, levando os alunos a compreenderem que precisam de tempo para “treinar” essa variedade formal da língua, a fim de aprendê-la.

Entendemos, pois, que é função da escola oferecer os instrumentos necessários para o bom desenvolvimento da oralidade, para que o aluno seja capaz de usar os gêneros orais sempre que se fizer necessário. O que é interessante pensar é que sendo constitutivas do mesmo código linguístico, ambas modalidades deveriam ter seu espaço nas aulas de Língua Portuguesa, contudo, há uma certa prioridade ao estudo da escrita, em detrimento da oralidade.

Partindo da ideia de que as línguas se fundam em seus usos, faz-se necessário um olhar mais atento ao estudo dos gêneros orais, tendo em vista que socialmente os aprendentes serão exigidos a cumprir determinadas atividades por meio deles, a exemplo de uma entrevista de emprego e de um discurso em comemoração a uma promoção no trabalho, em que deverão ser empregados conhecimentos sobre os dois gêneros específicos.

Não deveria haver superioridade entre uma ou outra modalidade da língua, pois o que há são práticas sociais mediadas por escrita ou fala, em momentos/contextos diversos e sempre relevantes para a boa práxis social (Rodrigues, 2017). Embora saibamos que cronologicamente a fala é precedente à escrita, ideologicamente esta última se sobressai na prática escolar, pois é vista como fonte de poder e dominação social. Contudo, não podemos perder de vista que a importância da oralidade nos contextos sociais de uso da língua(gem) é inegável. Desse modo, concordamos com Marcuschi (2010, p.36) quando ele afirma que:

A oralidade jamais desaparecerá e sempre será, ao lado da escrita, o grande meio de expressão e de atividade comunicativa. A oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia. Ela sempre será a porta de nossa iniciação à racionalidade e fator de identidade social, regional, grupal dos indivíduos. Isso se dá de modo particular porque a língua é socialmente moldada e desenvolvida, não obstante seu provável caráter filogeneticamente universal, como postula muitos linguistas e psicólogos.

Os eventos orais são atos de comunicação mediados pela fala, realizados por meio dos gêneros textuais com estrutura e funções específicas. Desta forma, as situações escolares de ensino devem priorizar textos característicos dos usos públicos de linguagem, pois é nas situações comunicativas fora dos muros da escola que os alunos serão avaliados frente às exigências de uso proficiente dos discursos públicos. É fora da escola que os alunos serão solicitados a produzir textos de acordo com a demanda social, por essa razão, faz-se necessário “que a escola se preocupe com a linguagem oral com maior seriedade, sistematicidade e cuidado” (Marcuschi, 2007, p.15).

Os sujeitos devem ampliar seus conhecimentos acerca dos recursos da língua(gem) oral para usá-los com eficiência nas situações sociais cotidianas. Afinal de contas, a linguagem possibilita ação e interação entre os sujeitos; e “estudar o funcionamento da linguagem como práticas sociais, significa, então, analisar as diferenciações e variações, em função de sistemas de categorizações sociais à disposição dos sujeitos observados” (Schneuwly; Dolz, 2004, p. 63). Vemos, então, que aprender uma língua é aprender a comunicar-se através dela, conhecer e dominar suas variações, aplicando-as nas situações sociais de interação comunicativa mais diversas.

Outrossim, cada gênero possui características próprias, sendo assim, o trabalho com o oral permite a observância das especificidades dos gêneros e aumenta a capacidade linguístico-discursiva dos indivíduos. Desse modo, o ensino do oral deve ser legitimado para que haja a ampliação das potencialidades dos alunos. Entretanto, ainda hoje, podemos ver que a língua(gem) falada é considerada “pobre”. Por isso, seu desprestígio em favor de uma outra modalidade de prestígio, a escrita. Como denuncia Rodrigues (2017), não se leva em consideração que há possibilidades de fala num registro formal, e que mesmo na informalidade, como sugere o autor, alguns registros de fala (e por que não dizer da escrita?!) são possibilidades de adequação aos usos sociais que legitimam as práticas sociais dos sujeitos nas diversas culturas (Rodrigues, 2009).

Nesse sentido, é papel da escola possibilitar tal conhecimento e disseminar a ideia de que “aprender a falar é apropriar-se dos instrumentos para falar em situações de linguagem diversas, isto é, apropriar-se dos gêneros” (Schneuwly; Dolz, 2004, p.143). Em outras palavras, levar os alunos a ultrapassarem o uso do oral cotidiano, apresentando-lhes formas institucionais, mediadas, reguladas pelo exterior, através de uma intervenção didática. E, neste caso, cabe ao professor de Língua Portuguesa da Educação Básica, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, ter a iniciativa, e consciência, de pôr em prática um agir docente que permita a efetivação destes fundamentos em planos de ação que mobilizem os saberes e os fazeres dos seus alunos acerca do uso eficaz da palavra/fala no cotidiano das cidades (Rodrigues, 2017).

No próximo tópico, apresentamos o caminho metodológico da pesquisa. Ele foi elaborado para permitir o entendimento do percurso percorrido para o estudo, atentando para a compreensão daquilo que fora investigado. Para tanto, apresentamos os dados coletados a partir da observação em sala de aula, além dos sujeitos colaboradores e do *lócus* da pesquisa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA SOBRE A DIDATIZAÇÃO DE GÊNEROS ORAIS

A primeira fase dessa pesquisa se deu com o levantamento dos aportes teórico e documental que fundamentam este artigo, como observado no tópico anterior, e as análises realizadas que constam no próximo tópico. Após a conclusão deste levantamento e da leitura dos autores escolhidos, iniciamos as visitas às escolas campo de pesquisa, onde coletamos dados através da observação do ensino de língua(gem) em salas de aula de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, anos finais.

Numa primeira visita, conversamos com os diretores das escolas, a fim de termos a autorização para realização da pesquisa. Num segundo momento, conhecemos e conversamos com as duas professoras/colaboradoras para explicar como se daria o estudo. Diante da conversa que tivemos com elas, ambas permitiram

que pudéssemos observar as suas aulas e se comprometeram em responder o questionário que foi elaborado para a efetivação deste estudo. Após a autorização da gestão escolar, e das professoras colaboradoras, marcamos os dias para observação e coleta de dados, respeitando o calendário de atividades proposto pelas respectivas unidades educacionais.

3.1 Campo de pesquisa

A pesquisa se desenvolveu nas escolas EEEFM Severiano Pedro do Nascimento, localizada à Rua Paris, s/n, Distrito de Jenipapo, Campina Grande-PB (escola 1) e na EMEF CEAI Dr. Elpídio de Almeida, situada à Rua Joaquim Amorim Jr, s/n, Ramadinha II, Campina Grande-PB (escola 2). Esta atende 724 alunos, nos turnos manhã e tarde, em turmas de pré-escola ao 9º ano do Ensino Fundamental; aquela aproximadamente 430 alunos, em turmas de 9º ano, Ensino Médio e EJA, nos turnos manhã, tarde e noite.

3.2 Professoras colaboradoras

As professoras colaboradoras desta pesquisa possuem graduação em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e estão em sala de aula há mais de dez anos. Mostraram-se comprometidas com o fazer docente e muito empáticas com o estudo corrente. De acordo com os princípios éticos, as colaboradoras não tiveram seus nomes revelados e foram identificadas no texto fruto desta pesquisa pelos pseudônimos Fátima e Lourdes¹.

3.3 Instrumentos de coleta e análise de dados

No desenvolvimento do presente estudo, utilizamo-nos: i) da observação das aulas, num total de seis aulas na escola 1 e quatro aulas na escola 2; ii) da aplicação de um questionário para as professoras; iii) da análise dos livros didáticos e do diário de pesquisa, no qual pudemos registrar as situações vivenciadas.

Vale ressaltar que os dados foram analisados à luz dos estudos de teóricos que fundamentaram a parte inicial deste artigo, tais como Marcuschi (2005; 2007; 2010), Antunes (2003), Dolz; Schneuwly (2004), Araújo; Silva (2013), Rodrigues (2009; 2017), Rodrigues e Dantas (2015), entre outros, bem como dos documentos oficiais (Brasil, 1998; 2018) que regem o sistema de ensino de língua(gens), e que nos permitiram compreender como deve ser o tratamento dado aos gêneros orais nas aulas de Língua Portuguesa.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA ACERCA DAS ORALIDADES

4.1 Das respostas ofertadas pelas professoras ao estudo das oralidades

Um dos nossos instrumentos de coleta de dados utilizado neste estudo foi o questionário composto por 15 questões, voltadas ao entendimento de como as professoras colaboradoras atuam em sala de aula com o ensino da língua(gem) e se utilizam os documentos oficiais para o planejamento de suas ações docentes. Do questionário aplicado, e por uma questão de espaço, escolhemos para análise as

¹ Visando preservar as identidades das colaboradoras, utilizamos pseudônimos.

questões 10 e 15, uma vez que refletem mais diretamente o objeto de estudo desta pesquisa: o eixo das oralidades.

Para a questão 10 (Figura 1), a professora Fátima (professora da escola 1) cita que todos os eixos são contemplados, mas sem preocupação, que tudo “vai acontecendo quando vai sendo planejado”. Contudo, não fica claro como funciona esse trabalho com os gêneros orais e se realmente são trabalhados conforme preconizam os documentos oficiais em educação e os pressupostos teóricos da área.

Figura 1 – Resposta da professora 1 à questão 10

10. Em relação a prioridade dos eixos da LP (escrita, oralidade, leitura e análise linguística/semiótica), quais deles são contemplados com maior frequência em sua sala de aula? Por quê?

Todos são contemplados porém de maneira sutil e imperceptível. Não há uma preocupação em "apenas" trabalhar "isso" ou "aquilo" ou de trabalhar pela obrigatoriedade. Tudo vai acontecendo quando vai sendo planejado.

Fonte: Instrumento da pesquisa

Para esta mesma questão (Figura 2), a professora Lourdes (professora da escola 2) fala que há frequência de trabalho com os eixos de escrita, oralidade e análise linguística, porém, não há preocupação direta com o ensino dos gêneros orais e, conforme os dados levantados nas aulas observadas, o trabalho da professora é mais direcionado para a escrita e leitura, em conformidade com as orientações da Secretaria de Educação do Município de Campina Grande-PB, ficando a oralidade restrita às falas dos alunos em sala.

Figura 2 – Resposta da professora 2 à questão 10

10. Em relação a prioridade dos eixos da LP (escrita, oralidade, leitura e análise linguística/semiótica), quais deles são contemplados com maior frequência em sua sala de aula? Por quê?

escrita, oralidade e análise linguística

Fonte: Instrumento da pesquisa

Em relação às práticas de oralidade com o alunado, questão 15 (Figura 3), Fátima (professora da escola 1) menciona a prática do seminário, gênero oral bastante utilizado nas escolas, mas pouco didatizado para fins, inclusive, de uma prática de estudo escolar.

Figura 3 – Resposta da professora 1 à questão 15

15. Em relação às práticas de linguagens, como se dá o trabalho com o eixo da “oralidade” com o alunado?

Produção de seminários, participações do show de talentos da escola, brincadeiras e dinâmicas, rodas de leitura.

Fonte: Instrumento da pesquisa

De acordo com a resposta da professora Fátima, observamos que ela aborda a produção de gêneros orais em seu planejamento, contudo, restringe-se a citar alguns deles sem adentrar, de fato, o modo como eles são trabalhados. Apesar disso,

a professora não deixa claro se trabalhou, no decorrer do ano letivo, as características do gênero e suas especificidades, desenvolvendo as “diversas capacidades que devem ser enfocadas nas situações de ensino” da produção oral dos textos (Brasil, 1998, p. 24). Outrossim, o gênero seminário não foi objeto de estudo das aulas observadas em nossa pesquisa.

A mesma pergunta foi respondida pela docente da escola 2, Lourdes (Figura 4)

Figura 4 – Resposta da professora 2 à questão 15

15. Em relação às práticas de linguagens, como se dá o trabalho com o eixo da “oralidade” com o alunado?

Análise da maneira da fala como me-
-canismos vocabular coloquial.

Fonte: Instrumento da pesquisa

A resposta da professor Lourdes revelou que em sua prática docente não há um trabalho voltado ao estudo dos gêneros orais, no qual sejam abordadas as características destes textos e compreendido que, por mais que a fala seja uma característica nata dos seres humanos, a modalidade oral deve ser objeto de estudo nas aulas de língua(gem), a fim de fazer com que os alunos possam dominar também a modalidade oral da língua. A resposta da professora traduz a ideia de que a oralidade é vista como coloquialismo da linguagem.

4.1.1 Nossas impressões sobre as respostas das docentes

Percebemos que as respostas dadas às questões 10 e 15, do questionário que elaboramos, evidenciam uma formação docente inicial e continuada limitada, voltada aos gêneros textuais escritos, a partir de um trabalho que não prima pelo desenvolvimento integral dos sujeitos aprendentes. Nesse contexto, não se desenvolvem as habilidades de fala através da didatização dos gêneros orais, tão necessários para uma participação social efetiva.

Entendemos que a formação inicial e continuada são de suma importância para o bom desenvolvimento da didatização dos gêneros textuais, orais, escritos e/ou multimodais, nas aulas de língua(gem). Desse modo, se nesta formação não for oferecido meios para o bom desenvolvimento de um trabalho com os gêneros orais, caberá aos docentes, e aos poderes públicos, buscarem/fornecerem formação continuada, permanentemente, a fim de dar conta do imenso número de possibilidades de usos das modalidades da língua(gem), a que os alunos estarão continuamente imersos, dentro dos mais variados contextos sociais em que estão inseridos diariamente, desenvolvendo neles atitudes de emancipação e libertação frente às suas interações com o meio.

Diante do exposto, e considerando o papel do professor de Língua Portuguesa para o aprimoramento das habilidades de linguagem pelo alunado da Educação Básica, no próximo tópico, abordaremos a visão de oralidade apresentada nos livros didáticos utilizados pelos docentes que atuam nas escolas *lócus* da pesquisa.

4.2 Das proposições dos livros didáticos adotados pelas escolas

O livro adotado pela escola Severiano Pedro do Nascimento (doravante livro 1) é o “Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem”, dos autores Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi, publicado pela editora Moderna em sua 3ª edição

em 2022. O volume do 9º ano apresenta oito capítulos que exploram diferentes gêneros textuais por meio da leitura e da produção textual. Cada capítulo subdivide-se em seções que exploram as características e a construção de sentidos dos gêneros em foco, além de aspectos linguísticos e gramaticais.

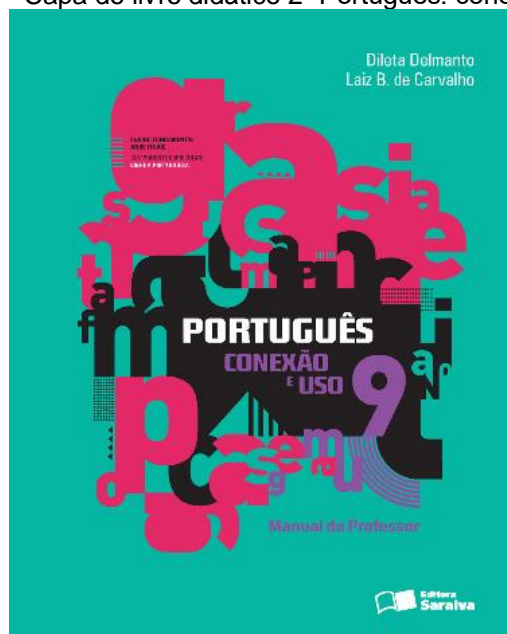
Figura 5 – Capa do livro didático 1 “Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem”



Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2022)

Já na escola CEAI Dr. Elpídio de Almeida, o livro adotado é “Português: conexão e uso” (doravante livro 2), dos autores Dileta Delmanto e Laiz B. de Carvalho, que fora publicado em sua 1ª edição em 2018, pela editora Saraiva. O livro do 9º ano é organizado em oito unidades, compostas de diversas seções, em que são explorados aspectos linguísticos da Língua Portuguesa, bem como o trabalho com gêneros textuais, destacando-se suas organizações e funções sociais.

Figura 5 – Capa do livro didático 2 “Português: conexão e uso”



Fonte: Delmanto e Carvalho (2018)

Ao analisarmos os dois livros didáticos utilizados nas escolas *lócus* da pesquisa, observamos que o trabalho com a oralidade dos materiais didáticos encaminhados às escolas é, muitas vezes, superficial e, na maioria das atividades, se prende na comparação dos usos “informais” com o uso da língua escrita, levando os alunos a identificarem “marcas de oralidade” entendidas apenas como erro, tendo em vista que se compara os desvios cometidos em relação ao padrão escrito formal. Dessa forma, a modalidade oral da língua(gem) é caracterizada como desvio de regras. Este fato impede o estudo sistemático desta modalidade da língua, inclusive numa abordagem de didatização destes gêneros textuais. Observemos o exemplo extraído do livro 1, que apresenta uma atividade interpretativa de um trecho do texto teatral “As cangaceiras, guerreiras do sertão”, parte 2, cena 16. (Figura 6):

Figura 6 – Exemplo extraído do livro 1 “Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem”

4. Observe a linguagem empregada nas falas das personagens.

- a) Identifique alguns exemplos de marcas de oralidade. *4a. Tô e roubano, por exemplo.*
- b) Identifique alguns exemplos de variedade regional.
- c) Cite exemplos de construções em que a concordância verbal e a concordância nominal não estejam de acordo com a norma-padrão.
- d) Por que esses recursos linguísticos foram empregados na construção das falas das personagens?

Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2022, p. 47)

Na atividade acima destacada, observamos que ao solicitar as marcas de oralidade, os autores esperam que os alunos encontrem expressões que fogem da norma formal escrita (Tô e roubano), o que supostamente representaria “erro”, ficando a oralidade entendida como informalidade.

Lamentavelmente, perde-se a oportunidade de se didatizar os gêneros orais, porque os autores se apegam aos usos ditos informais e passam a ideia de que tais “possibilidades” seriam absurdos, desvios, erros linguísticos. De modo semelhante, nos apegamos a Rodrigues (2017) para afirmar que os autores se colocam numa posição descontextualizada do que deveria ser considerado oralidade nos manuais didáticos, e nas salas de aula de Língua Portuguesa, quando nos itens “c” e “d” apontam para o entendimento de que a oralidade é menos formal, evidenciando o lugar quase sempre superior da escrita em detrimento da oralidade.

Sabemos que a fala é uma atividade bem mais utilizada pelos usuários da língua(gem) do que a escrita, contudo, dentro das instituições escolares, a atenção que lhe é dada é quase ausente. No exemplo extraído do livro 2 (Figura 7), podemos constatar que a oralidade ainda é considerada como “marcas de fala” e “exemplo de erro” ou informalidade. Ela é vista por uma ótica de comparação direta com a escrita. Observemos a atividade proposta pelos autores, interpretação de um roteiro de cinema, e como a oralidade é nela apresentada:

Figura 7 – Exemplo extraído do livro 2 “Português: conexão e uso”

A língua não é sempre a mesma Não escreva no livro!

A língua no roteiro

1. Releia uma fala presente no roteiro lido.

MÍRIAM

Filho, entende, a gente não tá indo porque a gente quer.

1. b) Possibilidades:
 SHLOMO (EXASPERADO)
 O menino tá na minha casa! Mas onde ele vai ficar?
 SHLOMO
 Nem aqui nem ali...
 HANNA
 Pro México!? Uau! Eles foram ver a Copa do Mundo e não te levaram?

a) Observe as expressões destacadas, típicas da fala informal. A informalidade da linguagem é adequada ao perfil dos personagens e à situação de comunicação descrita no roteiro? Explique.
Sim, pois se trata de uma conversa entre pais e filho, em uma situação familiar.

b) Encontre nas demais falas do roteiro outras marcas de oralidade.

c) As rubricas, os cabeçalhos de cena e demais orientações do roteirista são marcados por que tipo de linguagem?
Por uma linguagem mais formal; nesses trechos, não há marcas de oralidade.

Fonte: Delmanto e Carvalho (2018, p. 205)

Percebemos no exemplo destacado que no item “a” aparecem expressões propostas pelos autores como “possibilidades” típicas da fala informal (a gente, tá). Até aqui tudo bem, haja vista que os autores se baseiam em “possibilidades” da modalidade oral, visto que podem apresentar maior ou menor grau de formalidade. Contudo, no item “b” eles solicitam dos alunos que destaquem outras marcas de oralidade, levando-os a encontrar o que se caracteriza como desvio ao padrão escrito da língua(gem) oficial estudada na escola, e que entendem como superior, de prestígio sociocultural e histórico, sendo assim mais habitual para o uso cotidiano dos alunos, como denuncia Rodrigues (2009; 2017).

Daí temos a seguinte questão: como esperar dos professores de Língua Portuguesa que trabalhem os gêneros orais se, na maioria dos casos, o único suporte utilizado por estes profissionais é o livro didático, que apresenta limitações no trato com a modalidade oral da língua(gem)?

Como pudemos perceber, no extrato em análise, há autores de materiais didáticos que desconhecem como e de que forma situar o estudo e o ensino da fala. O exemplo que destacamos foi apenas para ilustrar que, na maioria das vezes, o estudo da fala se limita ao tratamento de comparação entre um caso formal (escrita) e um informal (fala) de uso da linguagem, o que sugere ao aluno da Educação Básica que a fala será “sempre” um recurso de linguagem que expressa uma habilidade sem prestígio social.

É preciso, pois, salientar que o que ora defendemos não se trata do mero exercício da fala em sala de aula (leitura em voz alta, comentários etc.), mas do seu estudo, isto é, da didatização de gêneros textuais orais que se impõem relevantes enquanto práticas sociais sendo, portanto, dinâmicos e variados nos diversos usos sociais que o alunado se ver desafiado em sua práxis social, tanto na escritura quanto na oralidade (Rodrigues, 2017).

Desse modo, faz-se necessário mais empenho por parte dos docentes de Língua Portuguesa para que seja possível intensificar o uso dos gêneros orais nas salas de aula em contato direto com o pós-sala de aula, o que promoverá o desenvolvimento das habilidades necessárias para o bem falar e escrever, considerando essas as práticas orais da linguagem como produtos textuais diversos e sempre oportunos para o exercício da cidadania.

Por outro lado, nem tudo está perdido, porque na análise dos livros didáticos adotados pelas escolas *lócus* da pesquisa, pudemos perceber que em alguns

momentos, embora pontuais, a oralidade é explorada enquanto modalidade da língua. Observemos o exemplo extraído do livro 2:

Figura 8 – Exemplo extraído do livro 2 “Português: conexão e uso”

- 4.** Que marcas de oralidade você encontrou na fala da pesquisadora?
Possibilidade: Os alunos poderão mencionar repetições, reformulações e hesitações.
- 5.** Há palavras ou expressões que se repetem nesse trecho da apresentação do relatório. Quais chamaram sua atenção?
Poderão ser citadas: **a gente** e uma sequência de **depois**.
- 6.** Anote no caderno os articuladores textuais, característicos da fala, que servem para estabelecer a sequência da exposição do relatório.
- 7.** Para estabelecer a coesão, evitando repetições desnecessárias, que outros articuladores poderiam ser utilizados?
Possibilidades: *em seguida, além disso, em segundo lugar, por último, finalmente.*

Fonte: Delmanto e Carvalho (2018, p. 103)

Neste extrato do livro 2, observamos que as características da modalidade oral da língua(gem) aparecem em lugar de destaque, levando os alunos à reflexão das possibilidades que existem na construção dos textos orais em situações públicas de uso da fala. Destaca-se a necessidade de atenção na construção do texto que será apresentado oralmente, visando garantir a coerência e coesão textuais necessárias aos diversos textos, inclusive os orais, evitando-se repetição de termos, substituindo-os por outros possíveis etc. Nesta situação, a oralidade é considerada enquanto modalidade da língua(gem) com características e especificidades que devem ser estudadas e aprendidas.

Do mesmo modo, no livro 1, destacamos a preocupação dos autores de desenvolver a competência linguística dos discentes da Educação Básica, na tentativa de não reduzir a oralidade à correção de “erros” (como exercício de retextualização do oral para a escrita) e a leitura em voz alta de texto escrito.

Figura 9 – Exemplo extraído do livro 1 “Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem”

- 2.** O gênero *webinar* apresenta características típicas da oralidade.
 - a) Localizem exemplos de pausas e hesitações.
 - b) Localizem exemplos de correções.
 - c) O que provoca a presença dessas marcas?

Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2022, p. 185)

Na questão 2, por exemplo, percebemos o cuidado em explorar as características dessa modalidade da língua(gem), ampliando os conhecimentos linguísticos do alunado para o entendimento de uma habilidade (falar) que é tida como atividade social, construída nas relações interpessoais, levando-os a utilizar a língua(gem) para expressar suas ideias e defender seus pontos de vista, enquanto cidadãos reflexivos e conscientes do seu papel social.

4.2.1 Nossas impressões sobre os livros

Diante da análise empreendida nos livros didáticos, compreendemos que o trabalho com a oralidade se torna eficaz, quando os textos selecionados/abordados

em sala de aula são apresentados/evidenciados dentro do contexto social em que os alunos estão inseridos, uma vez que a partir do momento em que o aluno compreende a função de um determinado gênero e consegue aplicá-lo em sua vida cotidiana, ele compreende a importância de um trabalho que prioriza os usos da linguagem nos mais variados espaços.

Um ensino visto como oportunidade de aplicação dos conhecimentos torna-se mais interessante e produtivo uma vez que o alunado passará a compreender o “para quê” se aprende isso na escola. Sendo assim, atividades didáticas, propositivas dos livros didáticos, que envolvem o estudo dos aspectos típicos da produção oral, tais como as repetições, hesitações, marcadores conversacionais, correções simultâneas à fala, repetições de elementos lexicais, retomadas, adaptação da linguagem de acordo com o público a quem a exposição é destinada, fazem com que o conteúdo de sala de aula se materialize nas situações comunicativas cotidianas dos sujeitos envolvidos; e os levam à compreensão de que a fala deve ser objeto de ensino/estudo na sala de aula de Língua Portuguesa.

4.3 A oralidade na aula de Língua Portuguesa: constatações do âmbito escolar

Após uma conversa com as docentes Fátima (escola 1) e Lourdes (escola 2), aplicamos o questionário, analisamos os livros didáticos utilizados pelas docentes e fomos autorizados para a observação do agir docente nas respectivas aulas de Língua Portuguesa em turmas do 9º ano. Desse modo, neste tópico, apresentamos a análise dos dados coletados nas aulas observadas.

4.3.1 Descrição da cena escolar: aulas da professora Fátima

Na Escola Severiano Pedro do Nascimento (escola 1) foram observadas 6 aulas em uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental, ministradas pela professora Fátima. Nas duas primeiras aulas, a professora apresentou a pesquisadora à turma, fez a chamada e iniciou uma avaliação escrita sobre advérbios e pronomes, não sendo possível coletar muitos dados acerca do trabalho com a oralidade nesta ocasião.

No nosso segundo encontro, observamos duas aulas. Na primeira aula, realizou-se a correção da avaliação e, a todo instante, a professora incentivava os alunos a se expressarem oralmente, contudo poucos participavam. Durante toda a aula, os alunos que participavam com mais frequência respondiam as questões da prova, enquanto a professora rememorava o conteúdo e estimulava-os com expressões tais como: “Certo?”; “Entenderam?”; “E aqui, é advérbio de quê?”; “Na questão 02 colocaram que resposta?”; “E aí?”, entre outras. Na segunda aula, a turma foi dividida em grupos para uma atividade de perguntas e respostas. Cada grupo elaboraria cinco questões, sendo uma de múltipla escolha, duas abertas e duas com resposta e exemplos. Seriam usados quinze minutos para a elaboração das questões e respectivas respostas. Poderiam usar o material escrito como apoio e o grupo escolheria quem iria responder às questões. Outra regra importante era que cada questão e resposta bem elaborada valia um ponto, questão ou resposta mal formulada meio ponto. Os alunos estavam animados com a atividade, que já era parte da rotina deles, a professora passava entre os grupos dando as orientações e sanando as dúvidas ainda existentes. Infelizmente, o tempo da aula foi insuficiente para a conclusão da atividade, tendo acontecido apenas a formulação das questões e uma rodada de perguntas e respostas para cada grupo.

No terceiro e último encontro na escola 1, a primeira aula teve início com uma conversa informal sobre o dia dos namorados, enquanto os alunos voltavam do intervalo. Logo após retornou-se à atividade da aula anterior. Os alunos interagiram bem, foram aplicados na participação e uns riram muito das respostas dos outros, quando estas envolviam amor, tendo em vista que era o Dia dos Namorados. Quando um dos exemplos foi a oração “você quer casar comigo?”, exemplificando os pronomes oblíquos, a turma caiu na gargalhada, dizendo que o amor entre os alunos Carmem e Adilson era tão grande “que o pedido foi logo em casamento”, pulando as etapas iniciais de um relacionamento. A professora Fátima interferiu, novamente, mas o assunto do amor estendeu-se por mais alguns minutos. Concluídos os ciclos de perguntas, foi explicado que as questões e respostas não tão bem elaboradas valiam menos, com o objetivo de levar aos alunos o entendimento de que na construção de textos há a necessidade de se manter a coerência e a coesão, que são elementos indispensáveis na produção textual.

4.3.2 Descrição da cena escolar: aulas da professora Lourdes

Na Escola CEAI Dr. Elpídio de Almeida (escola 2) foram observadas 4 aulas em duas turmas de 9º ano do Ensino Fundamental (turmas A e B) ministradas pela professora Lourdes.

Na turma A, a aula começou com acolhida e entrega das avaliações. Os alunos comemoraram os resultados e compararam entre si as respostas dadas às questões. Após o êxtase do resultado das avaliações, a professora entregou um texto motivador: uma “lista de sentimentos”, para levar os alunos a refletirem sobre a temática do setembro amarelo. Como era aula de produção textual escrita não havia muito o que ser observado em se tratando de oralidade. Contudo, fomos autorizados ao exame dos cadernos de atividade dos alunos e, nesse momento, constatamos que se priorizava os gêneros textuais escritos, trabalhando sua estrutura e função social, mas não foi observada nenhuma atividade de didatização de textos orais.

Na turma B, a professora Lourdes iniciou a aula com uma conversa informal sobre a semana literária que estava se aproximando. Em seguida, copiou no quadro questões reflexivas sobre a Literatura e sua importância na formação identitária dos povos e diversidade cultural. Houve uma breve explicação, e a professora fez duas perguntas: “De que forma a identidade de um povo pode transparecer na escrita literária? Que textos literários você já leu e percebeu características do local e tempo em que foi escrito?” O intuito dela com estas questões era motivar os alunos a participarem oralmente, na tentativa de explorar o conhecimento prévio deles. Contudo, poucos falaram. Em seguida, a docente solicitou que os alunos lessem silenciosamente o início do conto de terror “A queda da casa de Ursher”, do autor Edgar Allan Poe, apresentado no livro didático, e respondessem algumas questões propostas, questões que serviriam de norte para a produção de um conto de terror; e que fariam os alunos refletirem sobre suas escolhas linguísticas, como ela nos justificou.

4.3.3 Discussão acerca das observações realizadas em sala de aula de Língua Portuguesa

Notamos que nas duas escolas os alunos mantêm uma relação de amizade com as professoras, relacionando-se muito bem, através de conversas informais dentro ou fora do conteúdo estudado. Diante do que fora exposto nas observações

acima descritas, pudemos perceber que tanto nas aulas da professora Fátima (escola 1) quanto nas aulas de Lourdes (escola 2) há espaço para os alunos expressarem as suas dúvidas, suas vivências, de forma espontânea e descontraída. Os alunos são estimulados a oralizar as suas respostas e o fazem com tranquilidade, embora parte da turma acompanhe toda a aula em silêncio.

Ao trazer para sala de aula uma atividade de perguntas e respostas, na qual os alunos teriam que planejar as perguntas a serem feitas, Fátima oportunizou uma atividade em que a oralidade foi, de fato, evidenciada, além da organização de respostas. Segundo a professora, neste momento, os alunos deveriam refletir sobre o conteúdo através do jogo proposto. Partindo desta observação, podemos constatar que houve um avanço em relação ao modo em que a escola trabalha esta modalidade da língua(gem). Muito embora não tenha sido trabalhado um gênero textual oral, incentivou-se o uso da modalidade oral da língua(gem), exigindo dos alunos uma adequação da fala, visando garantir a coesão e a coerência do texto produzido ao criar ou responder às questões do jogo.

Nas aulas da professora Lourdes, observamos que a docente deixa os seus alunos bem à vontade para expressar o que pensam e sentem; e mantém com eles uma relação de respeito e afeto. Constatamos que, a todo momento, os alunos foram estimulados a expressarem oralmente a sua opinião em relação ao assunto abordado em sala de aula. Diante das observações feitas a partir dos cadernos dos alunos, onde constatamos a ênfase dada à leitura e produção de textos escritos, e diante da fala da professora que nos relatou das orientações advindas da Secretaria de Educação do Município, de focar em leitura e escrita, percebe-se que, infelizmente, o trabalho com gêneros orais ainda é desvalorizado no espaço escolar, atribuindo à esta modalidade apenas o espaço de conversas informais e a leitura em voz alta.

Percebemos, pois, que tal postura vai contra o que dizem os PCN (Brasil, 1998), quando ressaltam que ensinar a língua(gem) oral é possibilitar acesso aos usos da linguagem, visando o domínio da palavra pública, uma vez que um aluno que apenas lê em voz alta não desenvolverá as habilidades para participar ativamente, com eficiência, do uso social da língua(gem) nos mais variados gêneros orais, em situações públicas. Faz-se necessário, pois, oportunizar aos alunos momentos de escuta de textos/gêneros orais e o estudo das características destes, a fim de desenvolver as habilidades necessárias para que eles possam participar, de modo satisfatório, em todas as situações públicas de uso da fala.

4.4 Discussões geradas a partir do estudo realizado

A compreensão acerca do fenômeno da oralidade permite que o professor de Língua Portuguesa ensine ao aluno expressar-se nas mais diversas situações públicas, escolares ou não, do uso efetivo da língua(gem). Desse modo, o docente deve criar contextos de produção e reflexão do uso de gêneros orais que contribuam para a formação dos seus alunos, através da didatização da língua(gem), em sua modalidade oral. Desse modo, o aluno se apropria das noções e estruturas específicas de cada gênero, tornando-se protagonista na execução de suas práticas de linguagem, nos ambientes sociais dos quais faz parte. Cabe à escola, viabilizar meios para se efetivar o estudo da oralidade, tendo em vista a importância dessa habilidade nas instâncias comunicativas, dentro e fora do contexto escolar, uma vez que, socialmente, é exigido do aprendente adequação da fala em contextos diversos.

Assim, cabe ao docente de Língua Portuguesa reconhecer a oralidade como prática social e proporcionar oportunidades concretas de uso dessa modalidade para

o seu alunado, a fim de formar sujeitos capazes de se expressar adequadamente em todas as situações de comunicação a que venham a participar (Rodrigues, 2017). Um exemplo seria a aptidão para planejar e realizar um debate sobre determinado tema, tendo em vista o perfil dos ouvintes, os objetivos propostos, a motivação para que o debate aconteça e as estratégias persuasivas mais eficazes. Afinal, esse tipo de atividade leva o aluno a compreender a necessidade do planejamento prévio do que é defendido, haja vista as etapas de produção do texto oral e as possibilidades de correção simultânea à fala; além de levá-lo a entender a força dos argumentos para se chegar aos objetivos traçados.

Trata-se, portanto, de compreender a relevância da oralidade no contexto social como um todo, e de como esta “ferramenta” é indispensável para o bom uso da língua(gem) em variadas situações comunicativas/interativas. Contudo, é preciso ter em mente que não se trata apenas de oralizar aquilo que se deseja falar em determinada situação, é preciso compreender que, assim como a escrita, a produção oral possui suas etapas e deve ser bem planejada, tendo em evidência o gênero utilizado e o público-alvo; atentando, assim, para o caráter convencional, estruturado, que a linguagem oral também assume em situações formais de uso social da língua(gem), com intenções pré-estabelecidas e presença de interlocutores. A fala é possibilidade de inserção e participação social dos indivíduos.

Para tanto, é importante que haja clareza da necessidade de didatizar os gêneros orais nas salas de aula de Língua Portuguesa, tendo em mente que o oral deve ser objeto de ensino que também exige um tempo reservado para o planejamento das aulas, visto que o aprendente deve ter garantida, na escola, a sua formação integral para se favorecer com um bom desempenho no exercício da voz/fala em práticas e eventos de letramento mediante um processo de ensino-aprendizagem que priorize o oral e o escrito como garantias da cidadania (Rodrigues, 2017).

É válido, portanto, que os professores se habilitem e contribuam com a construção de possibilidades que desenvolvam as habilidades linguísticas dos seus alunos, levando-os à superação dos limites ainda existentes no que diz respeito ao uso da modalidade oral da língua(gem) na esfera social. Essa ação cidadã, de aperfeiçoamento da prática docente, pode começar pelo exame dos documentos oficiais e a escolha consciente de bons livros didáticos que instrumentalizem suas ações de ensino de língua(gens) na Educação Básica. Pensando assim, nos remetemos aos PCN (Brasil, 1998, p. 67) quando dizem que:

A formação de professores se coloca, portanto, como necessária para que a efetiva transformação do ensino se realize. Isso implica revisão e atualização dos currículos oferecidos na formação inicial do professor e a implementação de programas de formação continuada que cumpram não apenas a função de suprir as deficiências da formação inicial, mas que se constituam em espaços privilegiados de investigação didática, orientada para a produção de novos materiais, para a análise e reflexão sobre a prática docente, para a transposição didática dos resultados de pesquisas realizadas na linguística e na educação em geral.

Diante da lacuna deixada na formação da maioria dos docentes que estão na ativa em nossas escolas, compreendemos não ser culpa destes o não tratamento dado ao estudo da modalidade oral nas aulas de Língua Portuguesa. Levando em consideração que nem todos tiveram acesso às teorias e metodologias sobre gêneros orais, em sua formação inicial, e sabendo também que o material que mais utilizam em sala de aula (o livro didático) ainda é carente de orientações para um bom

desenvolvimento da modalidade oral da língua(gem) em sala de aula, justifica-se a dificuldade destes docentes em planejar aulas em que o gênero oral seja objeto de ensino. Contudo, não ter tido uma boa formação inicial não é justificativa para o educador, comprometido com a formação linguística do aluno, abster-se do trabalho com os gêneros orais. Pelo contrário, compreendemos ser necessário que o professor de Língua Portuguesa esteja disposto a buscar formar-se continuamente, visando sanar as lacunas deixadas no início de sua formação e garantir aos alunos da Educação Básica o desenvolvimento dos saberes necessários ao bom convívio social, permitindo-lhes, assim, atuar de forma reflexiva diante das exigências linguísticas que a sociedade os impõe cotidianamente.

5 PALAVRAS FINAIS

Concluimos o nosso estudo sobre o tratamento dado à oralidade na aula de Língua Portuguesa, situando-a como um fenômeno de linguagem que se impõe nas culturas como prática social interativa e, portanto, coletiva (Rodrigues, 2017), com fins comunicativos, apresentada através de gêneros textuais diversos; ao mesmo tempo, diferenciando-a da fala, que é uma forma de produção individual de representação da língua, sendo usada na forma de sons. Ao compreendermos que a oralidade e fala são fenômenos distintos, mesmo que estritamente correlacionados, fica evidenciada a necessidade do trabalho com os gêneros orais em sala de aula, na tentativa de garantir ao aluno da Educação Básica a formação linguística necessária para o atendimento das intenções de cada situação comunicativa/interativa na qual ele é cobrado socialmente.

Mas como o aluno aprenderá se não lhe for ensinado? Em nosso estudo, demonstramos que ainda hoje o trato com a oralidade nas salas de aula de Língua Portuguesa é insuficiente. Desse modo, compreendemos ser necessário rever o modo como os professores são formados, haja vista que na prática de sala de aula há diversas lacunas que refletem um apego demasiado ao ensino da escrita, considerando essa modalidade como prioridade, mesmo que os fatos socioculturais e históricos demonstrem que há uma diversidade de práticas sociais que se efetivam pela oralidade (Rodrigues, 2017).

Outrossim, pudemos observar nos livros didáticos analisados que o espaço reservado ao oral é restrito e, em sua grande maioria, define a modalidade oral da língua(gem) como desvio, erro e caos. Diante disso, é preciso combater essa ideia de superioridade de uma modalidade da língua(gem) em detrimento de outra, visto que as práticas sociais dos sujeitos são permeadas por escrituras e oralidades. É função da escola/do Estado oferecer os instrumentos necessários para o bom desenvolvimento da modalidade oral da língua(gem), mediante um olhar mais atento ao estudo dos gêneros textuais, e pela promoção de produtos técnico-tecnológicos, tais como os livros didáticos, que permitam oportunizar novas possibilidades didáticas aos docentes, e conseqüentemente, garantir o espaço que a modalidade oral necessita ter em nossas escolas. Materiais didáticos que busquem formar sujeitos escolares com habilidades linguísticas tanto nas escrituras quanto nas oralidades, levando-os a uma participação social e efetiva no cotidiano das cidades.

Destacamos como urgente o entendimento de que um trabalho de sala de aula voltado à modalidade oral da língua(gem), visando sua adequação em situações diversas, que exigem o emprego adequado dos variados gêneros produzidos oralmente, leva em consideração: o ambiente comunicacional; o locutor e o interlocutor; o contexto; o canal e a mensagem. Neste caso, se o professor de Língua

Portuguesa pautar o seu trabalho de ensino de língua(gens) considerando estes fatores, o aluno conseguirá ser protagonista dos seus dizeres nos ambientes sociais, adequando a sua fala nas situações de uso social da linguagem, compreendendo a necessidade do planejamento prévio, das etapas de produção do texto oral, da correção simultânea e da força dos argumentos para se chegar aos objetivos traçados. É preciso levar o alunado da Educação Básica a perceber que é mediante os recursos da oralidade que o sujeito interage diariamente; e que a fala pode ser constituída com graus de maior ou menor formalidade, a depender do contexto de uso da linguagem, de modo semelhante e não inferior ao exercício da escritura (Rodrigues, 2017).

Nesta perspectiva, a nossa compreensão do fato estudado nos permite afirmar que o aluno deve aprender, ainda nos primeiros anos de escola, que a linguagem é parte constitutiva dos sujeitos e que as ações desenvolvidas por eles, em seu dia a dia, se efetivam a partir dela, em suas modalidades oral, escrita e/ou multimodal. Assim sendo, cabe à escola garantir que situações públicas de linguagem sejam estudadas/refletidas no ambiente escolar, visando o desenvolvimento integral do alunado e evitando que este trema, gagueje ou não consiga se expressar oralmente em situações públicas de uso efetivo da fala. Por esse motivo, esperamos com o nosso estudo ter evidenciado a relevância do trabalho com a modalidade oral da língua(gem) na aula de Língua Portuguesa.

E para que as nossas expectativas se tornem ações transformadoras na Educação Básica, a escola precisa cumprir o seu papel de formadora e aperfeiçoar o aluno para o exercício consciente da cidadania, levando-o a perceber a importância da oralidade no contexto sociocultural e histórico. Afinal de contas, embora tenha nascido com a capacidade inata de desenvolver a fala, o aluno precisa refletir sobre as características específicas de cada gênero textual como práticas linguísticas diversas, diferenciando os usos formais daqueles próprios do cotidiano. E sendo o professor o orientador/mediador deste conhecimento, ele deverá propor atividades que levem ao alunado as possibilidades de desenvolvimento das capacidades discursivas da expressão oral em situações de uso público da linguagem.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ARAÚJO, D.L.; SILVA, W. M. S. (orgs.). **Oralidade em foco: conceitos, descrição e experiências de ensino**. Campina Grande: Bagagem, 2013.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação (MEC), Brasília, 2018.

DELMANTO, D., CARVALHO, L. B. **Português: conexão e uso**, 9º ano: ensino fundamental, anos finais, 1ª edição, São Paulo: Saraiva, 2018.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. *In*: DIONISIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (org.). **O livro didático de Português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCURSHI, L. A., DIONISIO, A. P. **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 208 p.

MARCURSHI, L.A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. Ed, -São Paulo: Cortez, 2010.

ORMUNDO, W., SINISCALCHI, **Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem: 9º ano: ensino fundamental, anos finais, 3ª edição**, São Paulo: Moderna, 2022.

RODRIGUES, L. P. Cultura clássica, cultura vulgar: considerações acerca do ideal de autor, leitor e leitura. *In*: **Revista Sociopoética**: Campina Grande-PB: ADUEP, 2009, ISSN 1980 7856 – V. 1, N. 3, pp. 1-16.

RODRIGUES, L. P.; DANTAS, M. A. C. **Os Gêneros orais e ensino: entre o dito e o prescrito**. Linha D'Água (Online), São Paulo, v. 28, n. 2, dez 2015.

RODRIGUES, L. P. O oral e o escrito em práticas e eventos de letramento. *In*: NORONHA, C. A.; SÁ JÚNIOR, L. A. **Escola, ensino e linguagens**. Natal: EDUFRN, 2017.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1971.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar os inúmeros obstáculos encontrados ao longo do curso e da realização deste trabalho.

À minha esposa, Gizele Alves, pelo companheirismo e apoio diários.

Aos meus pais, Paulo e Socorro, que sempre me incentivaram a estudar desde muito cedo.

Aos meus irmãos, Carlos Alberto e Célio Leonardo, por quem tenho um amor incondicional, apesar de serem dois chatos.

Às minhas amigas, em especial à Fabiana Ferreira, Roseane Oliveira, Thaís Silva e Vivian Araújo, que, mesmo de longe, sempre acreditaram ser possível para mim suportar as dores do Lúpus e me incentivaram a concluir o curso, seguindo os meus limites.

Aos professores da graduação, por muito contribuírem na minha formação acadêmica.

Aos diretores das escolas que visitei durante a pesquisa de campo, por abrirem espaço e acolherem-me calorosamente.

Às professoras colaboradoras deste estudo, pela recepção e parceria.

Ao meu orientador, professor Dr. Linduarte Pereira Rodrigues, pela parceria na orientação e principalmente pela empatia em entender cada crise que tive ao longo desta pesquisa.

Aos professores examinadores que compõem a banca, pela disponibilidade em ler/examinar o texto fruto deste estudo.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste sonho.